

Plenário

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

CâMARA DOS DEPUTADOS Comissão de Seguridade Social e Família

BOLETIM INFORMATIVO N° 15

3 DE JULHO DE 2019

COMISSÃO DISCUTE FINANCIAMENTO DA SAÚDE COM CONASS



A CSSF recebeu na reunião deliberativa da última quarta-feira (26) o ex-ministro Alberto Beltrame, hoje presidente do Conselho Nacional dos Secretários de Saúde (CONASS). "Estamos afinados com as entidades que estão na ponta, discutindo saúde", disse Antonio Brito (PSD-BA) presidente da Comissão.

Beltrame falou sobre as preocupações do Conass com relação à saúde e também sobre o financiamento do SUS. "Hoje, discutimos os princípios constitucionais do SUS, se deve ser gratuito, universal e se deve haver controle social. Isso é um risco".

Sobre o financiamento da saúde, Beltrame salientou que há problemas desde a criação do SUS. "O orçamento era igual ao do Inamps que atendia 60 milhões de pessoas. O SUS veio para atender 150 milhões de cidadãos. Desde então discutimos o financiamento do SUS", conta.

CPMF

Beltrame explicou que, em determinado momento, o governo cortou os recursos destinados ao financiamento do SUS. O Sistema virou responsabilidade do Tesouro e do orçamento da seguridade social. Foi criado então o imposto sobre o cheque (CPMF), que seria um recurso adicional. "Mas, não resolveu, porque

na verdade ela substituiu uma fonte que foi cortada".

Emenda 29

"Ela tentou estabelecer o mínimo constitucional para a saúde. Demorou anos para ser regulamentada. Estabeleceu os 15% dos municípios e os 12% dos estados, mas não consagrou os 10% do orçamento da União para o SUS. E jamais se chegou aos 10%".

Desvinculação do orçamento

"Não garantir o mínimo de recursos significa, na prática, redução de orçamento. Então, ou penalizamos ainda mais os municípios que já estão comprometidos, ou os estados, que também já investem acima do mínimo constitucional. Outra hipótese é redução de serviços", disse Beltrame.

Recursos x gestão

"Temos que discutir a eficiência da gestão e também os recursos. Para o que se pretende o SUS, os recursos são insuficientes", defendeu Beltrame. Ele disse que o Ministério da Saúde deve equalizar a questão das diferenças regionais e para isso não pode ter o orçamento engessado. "A discussão do financiamento precisa ser feita no Congresso, que tem cada vez mais protagonismo quando o assunto é orçamento", defendeu Beltrame.

DIABÉTICOS NO BRASIL



Requerimento da deputada Flávia Morais (PDT-GO) possibilitou o encontro de especialistas para traçar um panorama da diabetes no país. Estiveram presentes Sandra de Castro Barros, representante do Ministério da Saúde; Hermelinda Cordeiro Pedrosa, presidente da Sociedade Brasileira de Diabetes; e Vanessa Pirolo, coordenadora de Advocacy da ADJ - Diabetes Brasil. Dados do Ministério da Saúde indicam que, de 2010 a 2016, as mortes em decorrência da diabetes cresceram 11,8%, saindo de 54.877 para 61.398. O Brasil é o quarto país do mundo com maior número de diabéticos.

ASSISTÊNCIA SOCIAL



O colegiado se reuniu com a presidente e vice-presidente do Conselho Nacional de Assistência Social, Conselheira Aldenora González, e Conselheira Maria Yvelonia dos Santos, respectivamente. O presidente da subcomissão, deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG) apresentou o plano de trabalho. falou sobre as mudanças necessárias nos instrumentos jurídicos de formalização de parceria, debateram sobre a Resolução nº 109 do CNAS que tipifica serviços de assistência social, sobre os desafios dos serviços em estados com importante migração de estrangeiros e o caso dos atingidos por barragens, além da participação e controle social nos serviços de assistência. Barbosa informou que o próximo encontro será com representantes da sociedade civil.

ESPECIALISTAS DO DIREITO FALAM SOBRE REAJUSTE DA TABELA SUS

O deputado federal Dr. Luiz Antonio Teixeira (PP-RJ), presidente do grupo de trabalho que debate o reajuste da tabela do Sistema Único de Saúde (SUS) comandou importante debate sobre o tema, na última terça-feira (25).

Bárbara da Silva Pires, assessora chefe de Assuntos Legislativos da Defensoria Pública da União disse que a realidade de cada estado é muito diferente e diversa e que na hora de reajustar a tabela é preciso ter esse foco. Bárbara salientou que há uma preocupação não só com o reajuste da tabela, mas, também com o reajuste dos valores destinados à compra de medicamentos. "Outra questão central é a Emenda 95. Quando foi aprovada já se falava no reajuste da tabela e agora, com ela em vigor, a correção da tabela está inviabilizada", salientou.

Bárbara lembrou da dificuldade que é a realização de cirurgias no SUS. "Não temos anestesistas porque a tabela paga mal e o paciente quando consegue vaga já está com os exames pré-operatórios vencidos. Então, ele não sai da fila de espera". Barbara disse que se não existisse a judicialização, mais pessoas morreriam nas filas.

Thaisa Guerreiro, coordenadora da Saúde e Tutela Coletiva da Defensoria Pública Estadual do Rio de Janeiro, concordou. "Não dá para culpar quem judicializa. Essa fer-



ramenta só existe porque existe uma defasagem enorme no SUS. A judicialização é um instrumento que permite que o direito constitucional à vida seja respeitado".

Thaisa apresentou pesquisa do Conselho Federal de Medicina e deu um panorama da saúde no município do Rio: há déficit de 897 leitos em UTI e há 150 ações judiciais por mês solicitando internação nesses leitos. Acesso a especialistas, consulta em ortopedia, realização de cirurgias cardíacas, terapia renal e rede de atenção em oftalmologia são os principais gargalos causados pela defasagem da tabela SUS no Rio.

VIOLÊNCIA CONTRA MULHER



Requerimento de autoria da deputada Flávia Morais (PDT-GO) possibilitou a realização de audiência pública da CSSF com a Comissão da Mulher, para tratar da situação de violência contra brasileiras no exterior. "Fui relatora da CPI do tráfico de pessoas e pude acompanhar casos de mulheres vítimas de exploração sexual no exterior", contou a deputada. Participaram dos debates Cristiane Rodrigues Brito, secretária Nacional de Políticas para as Mulheres; Luiza Lopes da Silva que é embaixadora e diretora do Departamento Consular e de Brasileiros no Exterior; Eutália Coutinho, do Departamento de Promoção de Políticas de Justiça; Joziel Brito de Barros, delegado - chefe da Unidade de Repressão ao Tráfico de Pessoas e Rosinha que é secretária adjunta da Secretaria da Mulher.

SÍNDROME DEMENCIAL



Políticas públicas voltadas para a síndrome demencial. Esse foi o tema do debate requerido pela deputada Flávia Morais (PDT-GO) que aconteceu na última guarta-feira (26), em parceria com a CIDOSO. A síndrome demencial é uma condição na qual ocorre perda da função cerebral. Afeta diretamente a qualidade de vida do portador, levando a problemas cognitivos, de memória e raciocínio, entre outros sintomas. Participaram dos debates Ricardo Nitrini, coordenador do Grupo de Neurologia Cognitiva e do Comportamento da Academia Brasileira de Neurologia e Rodrigo Rizek Schultz, representante da Associação Brasileira de Alzheimer. "Esse tema gera dúvidas e é mal interpretado. Em 2050 teremos 17 mil pessoas com demência no Brasil. Precisamos nos preparar", disse a deputada.

SEMINÁRIO LGBTI+



As comissões de Seguridade Social e Família, de Legislação Participativa, de Cultura, de Direitos Humanos e Minorias, de Educação, de Defesa dos Direitos da Mulher e de Trabalho. Administração e Servico Público se uniram para realizar o Seminário Verdade e Justica - 50 anos de luta LGBTI+. O encontro, que aconteceu na Última terça-feira (25) contou com a participação de deputados e deputadas federais e estaduais, de entidades representativas, historiadores, psicólogos e militantes, entre outros. "É importante fazer o balanço dos últimos 50 anos. Sem a luta do movimento LGBT não teríamos a união civil estável homo afetiva em 2011, não teríamos a criminalização da homofobia no Supremo", lembrou a deputada Fernanda Melchionna (Psol-RS) uma das requerentes do seminário na CSSF.



Presidente
Dep. Antônio Brito

1º Vice-Presidente
Dep. Alexandre Se<u>rfiotis</u>

2º Vice-Presidente Dep. Marx Beltrão

3º Vice-Presidente Dep. Misael Varella Secretário: Rubens Carneiro Filho Redação:

Manu Nunes

Edição: Maria Carolina Diagramação: Jorge Ribeiro (f) @seguridade.CD

@Cssf_seguridade

cssf@camara.leg.br

www.camara.leg.br